

Ricardo Nunes recria Ronda de Maluf e reforça viés policial da GCM

Decreto amplia atuação ostensiva da corporação e retoma antigo modelo

Divulgação/Prefeitura de São Paulo/Leon Rodrigues

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) avançou em mais uma mudança na estrutura da Guarda Civil Metropolitana (GCM) com o objetivo de ampliar seu caráter ostensivo e aproximá-la do modelo policial. Em decreto publicado em janeiro, a prefeitura recriou a Ronda Ostensiva Municipal (Romu), rebatizando a antiga Inspetoria de Operações Especiais (Iope) e retomando uma nomenclatura criada nos anos 1990, durante a administração de Paulo Maluf.

A medida ocorre após tentativas frustradas de Nunes de alterar oficialmente o nome da GCM para Polícia Municipal, iniciativa barrada pela Justiça paulista em 2025. Mesmo com o veto judicial, o prefeito segue adotando uma abordagem que associa a Guarda a funções típicas das polícias.

A mudança de nome foi formalizada em 19 de janeiro e integra um pacote mais amplo de reorganização interna da Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Com o decreto, a Romu passa a assumir o efetivo, os recursos e as atribuições da antiga Iope, atuando em ações classificadas pela gestão como ostensivas, táticas e de maior complexidade, com foco em prevenção de crimes, controle da desordem urbana e resposta rápida a situações críticas.

No mesmo ato, a prefeitura criou a Inspetoria de Ações Táticas Especiais (Iate), que substitui



Viaturas elétricas da Guarda Civil Municipal, que poderia se chamar Polícia Municipal

a Inspetoria de Ações Integradas. A nova unidade foi desenhada para atender ocorrências consideradas de alta complexidade, como grandes emergências, crises urbanas e intervenções em áreas de risco elevado, ampliando o escopo de atuação da GCM.

A Iope, agora extinta, havia sido criada em 2009, durante a gestão de Gilberto Kassab, e ficou conhecida principalmente pela atuação na região da cracolândia, no centro da capital. A unidade realizava abordagens, apreensões de drogas e ações de dispersão de

usuários, operando com um padrão visual e tático mais próximo do adotado por forças policiais.

Nos últimos dias, Nunes também passou a divulgar publicamente a nova identidade visual da Romu. Em vídeo publicado nas redes sociais, o prefeito apresentou a viatura que será utilizada pela unidade, um veículo do tipo SUV, com pintura em tons escuros e design semelhante ao de tropas especiais da Polícia Militar. As imagens reforçam a estratégia de comunicação da gestão, que busca associar a Guarda a uma

atuação mais dura no enfrentamento da criminalidade.

A retomada da sigla Romu remete diretamente à experiência implantada por Paulo Maluf em 1993, quando o então prefeito criou as Rondas Municipais com o objetivo declarado de formar uma tropa de elite nos moldes da Rota, unidade especial da Polícia Militar paulista. À época, a iniciativa previa o uso de veículos reforçados, uso de armas longas e treinamentos baseados em técnicas policiais, o que gerou controvérsia sobre os limites constitu-

cionais da atuação municipal na área da segurança pública.

O modelo não se consolidou na capital e acabou descontinuado, mas influenciou a criação de unidades semelhantes em municípios da Região Metropolitana de São Paulo, onde estruturas com o nome Romu permanecem em funcionamento até hoje.

Ao resgatar essa nomenclatura e ampliar o papel operacional da Guarda Civil Municipal, Ricardo Nunes reforça uma linha política que tem marcado sua gestão, especialmente no campo da segurança urbana. O prefeito tem defendido publicamente a ampliação das atribuições da Guarda como resposta à sensação de insegurança na cidade e como forma de suprir limitações do policiamento estadual, ainda que a Constituição atribua aos municípios um papel restrito nessa área.

Especialistas e entidades do setor acompanham com atenção os desdobramentos da medida, sobretudo após o veto judicial à tentativa de rebatizar a GCM como Polícia Municipal. A recriação da Romu, embora formalmente apresentada como reorganização administrativa, reabre o debate sobre até onde pode ir a atuação ostensiva da Guarda Municipal e quais são os limites legais e institucionais desse modelo defendido pela atual gestão municipal de SP.

Câmara analisa redução na jornada do apoio à educação

Reprodução/CMSP

A Câmara Municipal de São Paulo analisa o Projeto de Lei nº 216/2019, que propõe a redução da jornada de trabalho dos servidores do quadro de apoio à educação da rede municipal. A proposta autoriza o Poder Executivo a fixar a carga horária semanal em 30 horas, sem prejuízo salarial, de carreira ou de benefícios já assegurados aos profissionais.

O texto também prevê a ampliação do recesso escolar de julho para os servidores do quadro de apoio, equiparando o período de descanso ao adotado para outras categorias que atuam nas unidades educacionais. A medida busca adequar a jornada às condições de trabalho nas escolas municipais e reorganizar a rotina funcional desses profissionais.

Apresentado em 2019, o projeto passou por análise em diferentes comissões perma-



Plenário de votação da Câmara Municipal de São Paulo

nentes da Casa, entre elas as de Constituição e Justiça, Administração Pública, Educação e Finanças. A proposta chegou a ser aprovada em primeira discussão durante sessão extraordinária do Legislativo paulistano.

Atualmente, o projeto per-

manece em tramitação e ainda depende das etapas finais do processo legislativo para avançar. A discussão ocorre em meio a debates sobre a valorização dos servidores da educação e sobre a organização do trabalho nas unidades da rede municipal de ensino.

Queda de 59% na gravidez adolescente

A cidade de São Paulo registrou uma redução de 58,9% nos casos de gravidez entre adolescentes de 10 a 19 anos entre 2016 e 2025. Dados da Secretaria Municipal da Saúde indicam que o número de nascidos vivos nessa faixa etária passou de 20.373 para 8.383 no período analisado.

A diminuição foi observada em todos os recortes etários. Entre meninas de 10 a 14 anos, o total de nascimentos caiu 60,4%, de 691 para 272. Já entre adolescentes de 15 a 19 anos, a redução foi de 58,8%, com queda de 19.682 para 8.111 registros.

A rede municipal de saúde atua com foco na prevenção e na atenção integral a adolescentes. As ações envolvem orientação sobre saúde sexual e reprodutiva, acompanhamento de casos de gestação e articu-

lação de uma rede de cuidado, como apoio à permanência na escola e suporte familiar.

As Unidades Básicas de Saúde oferecem consultas ginecológicas, atendimento multiprofissional e acesso a métodos contraceptivos, conforme protocolos do Sistema Único de Saúde. Entre os métodos disponibilizados estão contraceptivos orais, dispositivos intrauterinos e implantes subdérmicos, considerados de longa duração. Em 2025, até novembro, mais de 38 mil implantes foram inseridos na rede municipal.

As ações preventivas também ocorrem em escolas, por meio do Programa Saúde na Escola, e em atividades educativas ao longo do ano. A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, realizada no início de fevereiro, integra esse conjunto de iniciativas.